

Plínio e a História Natural na Cultura Portuguesa da Expansão: Elementos para um estudo

LUÍS FILIPE BARRETO

Centro Científico e Cultural de Macau

luisfsbarreto@hotmail.com

Uma advertência de método

A investigação em História, muito em especial, a investigação em História Cultural, é um contínuo exercício de local/global. Diferentes partes a analisar e totalidades a modular fazem a racionalidade histórica.

A História Cultural é investigação cientificamente orientada da dimensão simbólica do humano enquanto temporalidade e o cultural uma totalidade simbólica, socialmente organizada, desde a acção à reflexão, desde o comportamental das formas de vida até ao intelectual das formas de saber (disciplinas científicas).

O nível da Cultura Portuguesa da Expansão que, aqui e agora, nos interessa é o intelectual-reflexivo produtor de factos e formas de língua e pensamento. A história cultural desenvolvida coloca o *acento sobre a investigação da coerência interna do objecto estudado*¹ bem como sobre o enraizamento no húmus socio-cultural, na lógica de situação epocal em que o sentido tem poder para emergir e ganhar forma e recepção.

O objectivo é interpretar e compreender os textos e ideias na circunstância epocal renascentista, é criar um modelo explicativo acerca da sua então realidade *como resposta ou réplica a asserções correntes na situação em que emergiu*².

O que aqui se procura é construir uma teoria de provável razão e prova, um *modelo epocal donde nasce a sinalização das palavras e das coisas*³ que dê conta da realidade sociocultural então operante (a que chamamos cultura da expansão) criadora daqueles e não doutros horizontes de coexistência e de sucessão, de necessidade e de possibilidade.

O objectivo é pois que *o trabalho do historiador seja concebido como uma tentativa no sentido de pensar, tanto quanto possível, como os antepassados pensavam e olhar para as coisas da forma como eles olhavam. Tal exige que recupe-*

¹ Pascal Ory, *L'Histoire Culturelle*, Paris, PUF, 2004, p. 8.

² Kenneth Burke, *A Grammar of Motives*, Nova Iorque, Prentice Hall, 1945, p. 511.

³ Luís Filipe Barreto, *Descobrimentos e Renascimento – Formas de Ser e de Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, I. Nacional, 1982, p. 9.

*remos os conceitos que eles utilizavam, as distinções que estabeleciam e as cadeias de raciocínio que seguiam nas suas tentativas de conferir sentido ao mundo deles*⁴.

Em História Cultural, os fenómenos a investigar ganham sentido enquanto posição e relação. Por exemplo, um enunciado ganha uso e função enquanto posição e relação com os outros enunciados do campo textual então presente. O agente produtor daquele e não doutro corpo de enunciados tem razão de ser e fazer enquanto posição e relação com outros produtores e receptores do seu tempo e mundo. Totalidades como a cultura portuguesa da expansão são passíveis de compreensão por posição e relação com os outros programas culturais-chave do renascimento português.

A cultura portuguesa da expansão torna-se parte quando comparada, posta em posição e relação (de afinidade, filiação e contraste) com outras culturas europeias da expansão, desde as italiana e espanhola (produções de Veneza, Florença, Roma, dos reinos unidos da Hispânia, desde os reis católicos, Carlos V, Filipe II) às francesa, flamenga, holandesa, inglesa. O próprio universo cultural do renascimento português, enquanto global maior, ganha sentido ao tornar-se parte, em posição e relação, com os diferentes centros, em diversas fases que formam o renascimento europeu, de finais do séc. XIV, no caso italiano, ou de finais do século XV, nos restantes até aos anos de 1620-1630⁵.

Na história da cultura intelectual, a micro análise de um termo, uma situação, uma frase, ideia, texto, unidade discursiva, quadro produtor individualizado, permite a especialização e a elucidação. Sem micro análise local, presa ao interior do todo e de cada um dos documentos, não existe investigação histórica com possibilidade e potencialidade de prova e razão. Mas todo o local é relacional e posicional. Todo e qualquer individual é interindividual, desde os indivíduos até qualquer outro elemento da criada realidade social, das produzidas configurações socioculturais.

Uma palavra, uma citação de autor e obra, um livro, fazem sentido enquanto série homogênea, enquanto índice de frequência de uso e existência, enquanto posição e relação com outras palavras, citações, livros, produtores.

Toda a realidade sociocultural é correlação de coexistência e de sucessão, de filiação e oposição. Sem análise global/relacional não existe investigação histórica com capacidade de prova e razão. A singularidade de um caso cultural, da obra de um autor, de uma instituição ou configuração e situação temporoespacial, é um efeito da investigação e do investigador. Uma abstracção de conhecimento que singulariza, isola, retira do húmus da vida, aquela e não outra parte.

O exercício de singularização é uma parte da investigação, mas o complementar exercício da totalização é a outra face da racionalização investigativa. Um autor e obra, geógrafo, matemático, teórico, literato, que, por uma estratégia de análise, isolamos para acentuar, só faz sentido histórico enquanto posição e relação no modelo da tela sociocultural de emergência e recepção.

Colocar um acento de desequilíbrio em qualquer uma destas faces (singularidade/totalidade) é abrir caminho à falsificação das provas e razões. O peso

⁴ Q. Skinner, *Visões da Política – Questões Metodológicas*, Lisboa, Difel, 2005, p. 68 (original inglês, Cambridge, 2002).

⁵ Sobre a cronologia e correlações globais do renascimento europeu, veja-se o ponto de situação em Peter Burke, *The European Renaissance*, Oxford, Blackwell, 1998.

específico de uma ideia, a singularidade de um autor e de uma obra apenas se alcança verdadeiramente na correlação com outras ideias, autores e obras. É a série, a regularidade, a norma, a frequência, o estatuto na realidade sociocultural, que nos permite a avaliação do singular, pontual, do desvio, do ângulo de diferença e novidade. É o serial que nos dá a verdadeira grandeza e natureza do individual.

A centração, por razões de economia intelectual ou de qualquer outra espécie, num único autor, numa tão só obra, leva, mais tarde ou mais cedo, o investigador a julgar como único, como melhor, como o mais moderno, avançado ou científico, aquele e aquilo que conhece melhor. A secundarizar tudo o mais que mal conhece ou ignora e é este o princípio da falsificação daquilo que aparentemente conhece.

A valorização de um singular como único, sem igual ou paralelo, é um efeito das limitações de conhecimento da realidade sociocultural, um enganador resultado de uma investigação que perdeu o equilíbrio entre local e global.

A realidade sociocultural é, sem dúvida, hierárquica e desigual. É feita de centros e periferias, hegemónicos e subalternos, dominantes e dominados. Programas e quadros de vanguarda frente a outros de normalidade e estagnação. Mas, a obtenção destes resultados na investigação faz-se por seriação comparativa/constrastiva de totalidades, por correlações de locais e globais e não por centração num estudo de um dado isolado.

A investigação histórica que perde a bússola da harmonia local/global torna-se valoração irracional. Toda e qualquer realidade sociocultural é sempre local/global, porque correlativa, porque de posição e relação.

A possibilidade de compreender Plínio e a História Natural na cultura portuguesa da expansão assenta na necessidade de conhecer toda e cada uma das citações explícitas e implícitas nesta configuração. Mas, assenta também, na correlação da cultura da expansão com o programa cultural dos *studia humanitatis*, em Portugal e na restante Europa.

O local que nos interessa analisar, que aqui e agora escolhemos como objecto e objectivo a privilegiar, pede, ao mesmo tempo, isolamento e correlação, individuação e seriação. Do mesmo modo, os diferentes casos individuais, textos, obras, autores, programas, instituições, exigem isolamento para análise e análise situacional global, inscrição na tela situacional de emergência e de recepção, onde ganham vida e sentido.

A centração tão só num dado e o desconhecimento ou a ligeireza de saber doutros leva sempre ao anacronismo. Leva sempre a ver no objecto que melhor conhecemos o único, o singular, o mais científico ou avançado.

Como a seguir teremos ocasião de ver, a propósito da organização sociocultural das gentes do saber da cultura da expansão, não é possível entender correctamente a obra de quem quer que seja, sem conhecer o sistema hierárquico de funções e de posições em que a mesma emerge e ganha sentido. Aquela obra que isolamos e individualizamos é uma realidade de correlação, um corpo textual de sentido por afinidade, oposição, desenvolvimento ou bloqueamento, frente a outros corpos textuais.

O historiador tem de restituir, em modelo, as condições então válidas para os temas e problemas renascentistas, os como das perguntas e respostas então formuladas e alcançadas, as fronteiras e hierarquias dos possíveis, naquele e não outro então presente.

Operar tal descrição e explicação implica um trabalho analítico intra-documental, mas também de sociologia histórica relacional, implica o fim de generalizações retrospectivas feitas a partir do estado presente dum qualquer saber ou disciplina acerca de «parentes» que se inventam num passado que é extensão colonial do presente e não diferença epocal.

A investigação da totalidade permite, além do mais, apreender as diferentes tradições e organizações disciplinares que existem na configuração temporo-espacial. Na cultura portuguesa da expansão surge uma dimensão técnica assente em tradições artesanais e oficinais práticas. Uma tradição de «artes de marinharia», de saberes especializados, implicados ao domínio técnico, instrumental figurativo do mar. Surge também uma dimensão descritiva de relatórios assentes na tradição vivencial-visual de diferentes tipos de viajantes, que gera todo um campo geográfico-antropológico. Existe, por outro lado, uma dimensão naturalista, de tradição empírica, pragmática e cumulativa/didáctica. Uma dimensão e tradição sem diálogo com a primeira, bem como sem diálogo com a tradição formal e normativa da disciplina matemática. Na cultura da expansão, o cálculo prático da aritmética e o crescente uso de estimativas e medidas na marinharia e comércio, começa a fazer nascer temas e problemas de alguma circulação e convergência entre partes das artes de marinharia e partes da matemática.

Alianças e convergências pontuais que não geram, contudo, razões e disciplinas iguais e comuns, ou tão só, o predomínio de um qualquer modelo ou padrão. A paisagem da cultura da expansão é complexa, com áreas ora convergentes, ora divergentes, com perguntas, respostas, apostas e soluções diversas, por vezes em compromisso e mesmo em ecletismo, mas também em concorrência, conflito ou mútua ignorância.

É esta complexidade e organização crescente e cumulativa, que é possível alcançar, através de correlações de conjuntos e que jamais surge com a artificial centração e isolamento, num qualquer individual ou território disciplinar, obra ou autor.

Ao longo dos tempos, diferentes temas e problemas foram vítimas desta centração, tornando-se «ilhas», realidade sem húmus temporoespacial. O anacronismo da modernização, da valorização isolacionista, de uma obra e autor, tomados como os únicos ou os científicos e modernos (para uns, numa qualquer altura, Duarte Pacheco Pereira, para outros, em outros anos, Pedro Nunes ou qualquer outro, conforme as limitações de conhecimento de cada um) é resultante dum desequilíbrio entre local e global, dum não harmonia entre individual e grupal.

Cientista e moderno, o que significam em Quinhentos? Como e quando ocorrem? Que usos dos termos, teoria, ciência, filosofia, antigos, modernos e em que textos e contextos a acção e produção intelectuais de cada um destes renascentistas é uma resultante do sistema correlacional entre todos. O sentido e a posição das vidas e obras de um D. João de Castro, João de Barros, Fernão Mendes Pinto, são resultante das correlações com as vidas e obras de um Pedro Nunes, Fernando Oliveira, Damião de Góis, Diogo de Sá, Jorge Ferreira de Vasconcelos, entre tantos outros. O relevo/posição intelectual de cada um nasce e realiza-se na correlação com os outros. Apenas através do modelo global das interrelações obtemos a exacta posição e o lugar na hierarquia epocal da

norma e desvio, tradição e inovação (que, na época, são opostos gradativos e não dualidades em exclusão).

O grau de norma e de desvio, de modernidade ou cientificidade de cada um, apenas é alcançável nesta tela de relações e posições, na tela sociocultural, na configuração epocal que os fez e viu nascer e morrer enquanto sociedade interindividual.

Toda e qualquer parte ou caso que isolamos para análise tem, ao mesmo tempo, de estar sempre a ser configurada no quadro da sua emergência, no modelo da situação temporoespacial onde é parte de um todo, local de um global. O quadro não é a soma de individuais, mas sim, a organização das correlações interindividuais que gera a posição e natureza de cada um e de todos.

Não existe compreensão histórica da recepção e uso de *Plinius Secundus* e da *Naturalis Historia* se a análise do seu caso não for enquadrada na totalidade dos Antigos e herança greco-latina em que emerge e faz sentido no universo cultural de Quinhentos, ou seja, enquanto função correlativa com Ptolomeu, Aristóteles, Dioscórides, etc.

Do mesmo modo, não existe compreensão histórica de um Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Pedro Nunes, Fernando Oliveira, Garcia de Orta, Cristóvão da Costa, ou qualquer outro, se a análise das suas vidas e obras não for correlacionada com o eixo das coexistências e sucessões, posições e relações, afinidades e oposições, em que emergiram como acção e pensamento e fizeram sentido epocal de saber.

Caso e série, individual e serial, são uma e a mesma realidade sociocultural tomada de dois pontos de vista de investigação. Apenas ambas as escalas em comunicação fazem investigação histórica crítico-racional, fazem modelo interpretativo com possibilidade de razão e prova. A partir de ambas em implicação, é possível explicar o significado cultural tomado como objecto, significado que é *lugar dentro de contexto de acontecimentos circundantes num jogo de linguagem, numa forma de vida* (R. Rorty).

Esta primeira advertência de método histórico serve para elucidar o caminho seguido e alcançado neste breve estudo sobre Plínio e a História Natural na Cultura Portuguesa da Expansão.

É uma investigação, ao mesmo tempo, micro analítica presa ao corpo interior dalguns textos, enunciados, citações, mas também serial, atenta às tipologias e regularidades, procurando fugir aos anacronismos e às valorações/centrações porque a realidade sociocultural é situada e correlativa no tempo-espaco, é lógica de situação posicional interindividual.

Posicionar Objecto e Objectivo

Para se entender que Plínio e que *História Natural* surgem na Cultura Portuguesa da Expansão, vale a pena enunciar algumas das características socio-dinâmicas fundamentais da Cultura Renascentista da Expansão (c. 1480 a c.1620-1630).

Em termos de cultura como dimensão simbólica geradora de língua e pensamento, de corpos de produção intelectual, o Renascimento Português *resulta de três grandes dinamismos: o Escolástico, o Humanista e o da Expansão/Descobri-*

mentos. Esta trilogia é um sistema de porosidades e de correlações múltiplas, mas é, ao mesmo tempo, um universo tridimensional de diferenças e de oposições ⁶.

A Escolástica, a cultura clerical oficial, é a hegemonia triunfante enquanto que o Humanismo, a cultura laicizante das *humaniores litterae*, surge como hegemonia derrotada.

A Escolástica e o Humanismo são culturas de orientação sapiencial-doutrinária, enquanto que a Cultura da Expansão apresenta uma orientação científica. A Escolástica e o Humanismo encontram na *significação* o essencial do seu horizonte metódico, enquanto que, a Cultura da Expansão tem como horizonte metódico a ideia de *ordem*.

No Renascimento, os horizontes metódicos da ordem e da significação tendem tanto à separação quanto ao sincretismo e à fusão. Por isso, a subalterna Cultura da Expansão apresenta constantes pedidos de apoio e usos de empréstimo à Escolástica e ao Humanismo.

A Cultura da Expansão recebe e fornece conceitos, valores, informações, da Escolástica e do Humanismo, estabelecendo com ambos os programas culturais, múltiplas e complexas relações.

Existe, por isso, a impossibilidade de oposição total entre Escolástica, Humanismo e Cultura da Expansão. Mas existe também a possibilidade e a necessidade de diferenciar a trilogia discursiva do renascimento e de ver a cultura da expansão com uma certa lógica própria e diferencial, frente aos caminhos da Escolástica e do Humanismo.

A primeira grande característica da cultura da expansão é a sua condição essencialmente prática, utilitária, de implicação na acção orientada para a natureza e as realidades humanas. Uma cultura de saber fazer, de ordem e de verdade realista, predominantemente empírica.

É uma cultura minoritariamente de teoria e ainda mais de doutrina de dever ser com bem poucos desenvolvimentos de significação. A teoria existe na cultura da expansão como prolongamento vinculado à prática, como aprofundamento de uma cultura de poder para vencer forças da natureza ou opostos e concorrenciais poderes doutros grupos humanos.

A condição de predomínio da prática, de diminuta e orientada teoria, de saber para implicar na realidade enquanto poder, tornam a cultura da expansão, um universo especializado para o visível empírico, para a realidade fenomenal física e humana. Apenas nas margens, em campos de mais cultura sobre a do que da expansão, surge doutrina (política e religiosa) e história da própria expansão (aos moldes valorativos do historiar humanista).

A cultura da expansão é, no essencial, um universo de saber, de busca de ordem e de verdade acerca das realidades física e humana. Saber de orientação prática e implicação técnica e utilitária.

Existem áreas de especializado conhecimento técnico de implicação prática na realidade, do uso e fazer da marinharia, da farmacopeia, da geografia, que não apresentam equipamento erudito e clássico explícito. Regra geral, os Roteiros, os Diários de Navegação, os Livros de Marinharia, as regras e instruções de Construção Naval, os Relatos de Viagem Marítima, os Livros de Plantas e

⁶ Luís Filipe Barreto, «Fundamentos da Cultura Portuguesa da Expansão», *Philosophica*, 15, Lisboa, 2000, p. 89.

Animais, os Rol de Drogarias, bem como a esmagadora maioria dos Tratados de Geografia Descritiva e Antropológica, não possuem citação explícita de autores e autoridades, não operam com a presença visível de equipamento conceptual e informativo herdado da Antiguidade Clássica e da Medievalidade Cristã.

Isto significa que a grande maioria dos produtos da cultura da expansão, pelo menos 90 a 95% do global, não usam explicitamente referentes eruditos clássicos, medievais e/ou contemporâneos.

Por razões da própria lógica de constituição e uso desta cultura intelectual, por razões da sua própria ordem racional e implicação prática e realista, estamos frente a corpos de saber fazer com uma economia racional utilitária, de prática e informação acumulada, trabalhada, normalizada.

Por exemplo, um Roteiro Oceânico é um conjunto de instruções náuticas para um uso ideal dos caminhos do mar. A sua configuração textual retira e afirma autoridade operacional a partir de uma prática técnica especializada que é repetida e retocada: *partindo de Lisboa hei-de governar ao sudeste até haver vista da ilha de Porto Santo ou da ilha da Madeira*⁷, afirma Diogo Afonso, cerca de 1535, no *Roteiro da Navegação daqui para a Índia*. Por volta de 1577, Vicente Rodrigues, na Viagem de Lisboa para a Índia diz: *partindo de Lisboa para ir à ilha do Porto Santo é necessário governar ao Sudoeste*⁸.

O que encontramos na náutica repete-se de novo nos Relatórios práticos de farmacopeia, como vemos, por exemplo, no *Roll de certas drogarias*, 1515, de Tomé Pires: *darei conta donde cada uma nasce... ópio chamamos cá amfião nasce em Tebas cidade do reino do Cairo, nasce em Adem, em Cambaia... é esta grande mercadoria nestas partes costuma-se a comer os reis e senhores... os homens acostumados a comê-la andam sonolentos, desvairados, os olhos vermelhos, não andam em seu sentido*⁹.

E a mesma constante encontramos, passado mais de um século, na *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, 1627, de Frei Cristóvão de Lisboa, onde o horizonte informativo utilitário da semelhança empírica dispensa qualquer tipo de explícita erudição: *mandube peixe de palmo e meio ou mais com escama, e pardo por o lombo e branco pela barriga; e é muito bom comer fresco e salgado e se matam à linha... caia é árvore tamanha e tão grossa como uma pereira; e tem as folhas como as cerejas e a flor muito pequena*¹⁰.

A constante que atravessa a marinharía e a história natural surge também na geografia descritiva e antropológica. Por volta de 1516, Duarte Barbosa conclui, no eixo Cochim-Cananor, o seu *Livro das Coisas da Índia*, onde, uma vez mais, não existe explícito aparelho erudito de autores e autoridades: *tornando à costa do mar digo que do rio indio a Dio há 60 léguas e vai a costa ao sueste... é mui bomporto e de mui grande escala e de mui grão trato e navagação de naus que de todas as partes vêm com todas sortes de mercadorias*¹¹.

⁷ In *Roteiros Portugueses inéditos da Carreira da Índia do Século XVI*, ed. A. Fontoura da Costa, Lisboa, A.G.C., 1940, p. 31.

⁸ Idem, p. 99.

⁹ *A Suma Oriental de Tomé Pires*, ed. A. Cortesão, Coimbra, I. Universidade, 1978, pp. 446-448.

¹⁰ Frei Cristóvão de Lisboa, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, ed. Jaime Walter, Lisboa, C.E.H.U., 1967, p. 80 e 127.

¹¹ *O Livro de Duarte Barbosa*, ed. M. A. Veiga e Sousa, Lisboa. IICT, 1996, vol. I, p. 195.

Em 1525, Domingos Paes escreve um relatório geográfico e antropológico acerca *Das coisas que vi, e alcancei saber do reino de Narsinga: partindo da Índia para o reino de Narsinga, da fralda do mar, haveis de passar uma serra que tem, que é extremo do dito reino*¹². Uma vez mais, a regra é a da ausência. Ausência de aparelho erudito que é a regra dos discursos geográfico-antropológicos, também sobre a África e a América.

Existem, quando muito, pontuais exceções a esta regra que muito ocasionalmente fazem aparecer em certas paisagens textuais, algum genérico ou mesmo explícito envio para autores e autoridades lisíveis. Em 1515, afirma Tomé Pires: *não sei que coisa é nem nunca doutor que nele falasse... nem menos o sabiam os boticários com que aprendi*¹³.

Em 1612, Manuel Godinho de Erédia, na *Suma de árvores e plantas intra Gangez*, escreve: *os filósofos intentaram esquadriñar as virtudes de todas as plantas do mundo; e somente alcançaram as virtudes daquelas do distrito de Europa e algumas estrangeiras de África e Ásia de que faz menção Dioscórides como de plantas remotas. E agora com a experiência declaramos outras plantas e autores da Índia intra Ganges ou Industão nesta suma para bem universal*¹⁴.

São casos muito excepcionais que não anulam a regra e tipologia enunciada. A esmagadora maioria da cultura portuguesa da expansão não apresenta um explícito quadro de referências eruditas.

A inexistência de um explícito campo de autores e autoridades não significa a sua total e real ausência. Todo o novo se faz também do velho, por aproximação e distanciamento. Os olhos dos praticistas e utilitários do Renascimento sem qualquer formação cultural erudita estão ainda assim orientados por um ver elementar, da semelhança realista essencialmente qualitativa. E estas formas de olhar são realidades que repousam em toda uma herança multimilenar e secular que, em última instância, envia para ideais e ideias também formulados e normalizados na cultura e na herança intelectuais e eruditas.

A questão aqui e agora não é esta, mas tão só a da explícita ocorrência e uso do arsenal erudito dos autores e autoridades visíveis nos corpos textuais da cultura intelectual da expansão. E a este nível, a constante largamente maioritária é a da ausência.

Para o estudo do caso que agora nos interessa, Plínio e a História Natural na Cultura da Expansão, esta primeira característica permite, desde já, situar o problema.

Na esmagadora maioria da cultura da expansão não existe, de modo explícito, Plínio e a História Natural (como não existem Aristóteles e Ptolomeu, Estrabão e Sacrobosco, Galeno e Dioscórides e todos os outros referentes chave da herança clássica).

O referente lisível dos autores e das autoridades, que de modo explícito povoa as hegemonias culturais da Escolástica e do Humanismo, é diminuto na cultura da expansão.

O aparelho erudito da herança clássica apenas surge na cultura da expansão, de uma forma explícita e sistemática, nas áreas mais teóricas, nos domínios

¹² *Crónica dos Reis de Bisnaga*, ed. David Lopes, Lisboa, I. Nacional, 1817, p. 80.

¹³ *A Suma Oriental de Tomé Pires*, ed. A. Cortesão, Coimbra, I. Universidade, 1978, p. 458.

¹⁴ Manuel Godinho de Erédia, *Suma de árvores e plantas intra Gangez*, ed. J. G. Everaert, J. Mendes Ferrão, M. C. Liberato e L. F. Thomaz, Lisboa, CNCDP, 2001, fl. 3v.

de elucidação crítica e problemática da especializada técnica e prática do saber fazer de implicação naturalista e realista.

Domínios teóricos que embora relevantes são minoritários e que se concentram na teoria da marinharia a que chamamos *Sabedoria do Mar* bem como na *Farmacopeia* ou *Geografia* eruditas.

A segunda característica nuclear é a de ser uma cultura esmagadoramente produzida em vernáculo/língua portuguesa. Cultura de língua portuguesa (mas também castelhana, mesmo italiana, no campo da geografia missionária, sobretudo) que, bem ao contrário dos outros grandes programas culturais de Quinhentos (Escolástica e Humanismo) tem a língua latina tão só como complementar e quantitativamente bem secundária.

A regra é a língua portuguesa e a muito excepcional excepção é o latim. Os textos latinos produzidos pela cultura da expansão são raros, muito raros, como vemos nos casos de P. Nunes – *De Arte atque Ratione Navigandi*, Basileia, 1566; da manuscrita e ainda inédita *Ars Nautica*, post 1575, de Fernando Oliveira, ou no *De Missione Legatorum...*, Macau, 1590, de Duarte de Sande e A. Valignano.

Para o problema que aqui e agora nos interessa isso significa que Plinius Secundus e a *Naturalis Historia* se tornam *Plínio o Velho* e a *História Natural*, na maioria dos casos em que surgem.

Na cultura da expansão, Plínio e a *História Natural* não são entidade filológica, não são problema erudito de significação, não são um todo autónomo de sentido, mas tão só, um entre outros dos antigos e herança a citar e usar pontualmente. Uma figura de um tópico e quadro que é, ao mesmo tempo, espelho de iniciação ou de contraste e degrau (horizonte informativo a superar-negar, neste ou naquele caso, informação pontual).

Na cultura vernacular da expansão, o horizonte de recepção da herança clássica é bem diverso do horizonte de recepção do humanismo renascentista latino ou mesmo vernacular.

Nos *studia humanitatis*, a referência grega e a imitação latina restauram filologicamente a herança clássica e interpretam-na enquanto concorrência à cultura clerical oficial da Escolástica. A contra cultura laicizante humanista, assente no antropocentrismo e no classicismo, restaura a letra e liberta o sentido da síntese cristã/aristotélico-tomista.

Para as *humaniores litterae*, *Caius Plinius Secundus* (23-79) e a *Naturalis Historia* são objecto e objectivo de investigação, corpo de significação, totalidade filológica a restaurar, unidade semântica a precisar.

O Plínio e a *História Natural* na cultura da expansão não são objecto e objectivo de investigação, mas tão só instrumento, meio, entre outros, para o conhecimento da realidade. Não são totalidade de sentido e filologia, mas parte fragmentária usada, aqui e ali, como citação lisível a contrastar com a empiria visível.

No programa cultural humanista, Plínio e a *História Natural* são corpo de significação a trabalhar filológica e semanticamente por Ângelo Poliziano e Erasmo, entre tantos outros.

São objecto e objectivo próprios da investigação latinista erudita de discípulos de António Nebrija, como Herman Nunez de Gusmán, o Pinciano, ou de discípulos de Poliziano, como o português Martinho de Figueiredo (*Commentum super prologum Naturalis Historiae Plinii*, Lisboa, 1529).

O Plínio e a História Natural que surgem na cultura vernacular da expansão não são estes, não possuem a individualidade de tema e de problema que ocorre no programa cultural humanista.

Logo no início da sua presença explícita, nos anos de 1505-1508, com Duarte Pacheco Pereira, os enunciados e as citações surgem em português e o exemplar de leitura usado para as mesmas não é uma qualquer edição latina da *Naturalis Historia*, mas sim, as traduções atribuídas a Christophoro Landino, surgidas em Veneza, 1476 e 1481.

A fonte utilizada no *Esmeraldo de Situ Orbis* para a leitura instrumental de Plínio é a *Historia Naturale di C. Plinio Secondo, tradota di lingua latina in fiorentina por Christophoro Landino*, Veneza, 1476¹⁵.

Nem todas as citações de Plínio na cultura da expansão assentam necessariamente em leituras de traduções vernaculares. Alguns, como João de Barros, Fernando Oliveira, Pedro Nunes, Diogo de Sá, Garcia de Orta, Cristóvão da Costa, possuem formação latina suficiente para ler edições na língua original.

Infelizmente o carácter pontual da citação de Plínio e da História Natural e a inexistência de investigação histórica mais precisa sobre a herança erudita do renascimento português, impedem sabermos mais e melhor, quase sempre, quais as edições usadas para além das da tradução.

As características da cultura da expansão a seguir enunciadas ajudam a entender melhor o como e porquê do mais provável uso de traduções italianas, mesmo de compilações de sentenças, do que de edições latinas. A leitura e citação de Plínio e da História Natural na cultura da expansão não repousam na filologia latina de um Martinho de Figueiredo, mas sim em traduções como a de Antonio Brucioli – *Storia Naturale di Plinio*, Veneza, 1543¹⁶.

A questão das edições consultadas pela cultura da expansão, para uso explícito ou implícito de Plínio e da História Natural, é no entanto um problema que necessita de futura investigação cuidada e especializada.

Creio que, regra geral, não temos possibilidade de prova segura de conhecimento directo ou aprofundado da obra, devido ao carácter sintético, pontual, muitas vezes genérico, da citação. É no entanto possível determinar graus, maiores ou menores, de contacto com a História Natural, através de estudos analíticos das passagens e citações explícitas.

A ausência desses estudos, com uma ou outra excepção, de primeiras investigações analíticas e quantitativas sobre os antigos no horizonte da cultura da expansão impede, no entanto, uma fundamentada resposta do problema. Impossibilita mesmo uma sistemática busca para saber se sim ou não, fica em aberto a questão da edição ou tradução usadas, do contacto directo ou indirecto, devido ao carácter episódico e fragmentário da maioria das citações. Julgo que é esta a regra, mas que, para além de Duarte Pacheco Pereira, existem outros autores e obras onde é possível indiciar o uso desta ou daquela edição.

É, por exemplo, o caso de Garcia de Orta (c. 1501-1568), um universitário de Salamanca e Alcalá de Henares, nos anos vinte, licenciado em medicina que,

¹⁵ Veja-se J. Barradas de Carvalho, *À la Recherche de la Specificité de la Renaissance Portugaise – L'Esmeraldo de «Situ Orbis» de Duarte Pacheco Pereira et la Littérature Portugaise de voyages a l'Époque des Grandes Découvertes*, Paris, F. C. Gulbenkian, 1983, vol. I, pp. 449 a 462.

¹⁶ Acerca da vida e obra de A. Brucioli, veja-se G. Spini – *Tra rinascimento e riforma*, A. Brucioli, Firenze, Nuova Italia, 1940.

a 12 de Março de 1534, parte com o seu protector, Martim Afonso de Sousa, para a Índia, onde se fixa e onde, em Goa, publica os *Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*.

A condição de aluno e de docente universitário nos Estudos Gerias de Lisboa, 1530, dá-nos prova de conhecimento de latim. Por outro lado, os próprios *Colóquios* (Colóquio 50), mostram a utilização da edição de Hermolaus Barbarus – *Castigationes Plinianaee, Castigationes Secundae*, 1493: nas anotações de Plínio diz Hermolau Barbaro¹⁷.

É possível que uma análise sistemática das citações explícitas de Plínio e a História Natural, nos *Colóquios* de Garcia de Orta, bem como no *Tratado* de Cristóvão da Costa, possam vir a indiciar as edições e os comentários utilizados por estes dois autores, para além do caso que aqui se aponta.

Uma terceira característica chave da cultura portuguesa da expansão mostra que estamos frente a um universo intelectual produzido por e para quadros de saber de formação não universitária.

Os quadros criadores e receptores da cultura portuguesa da expansão são, na esmagadora maioria, gente não nobre e sem ou de mínimos estudos formais. Gente que aprendeu em português um básico ler, contar, escrever. Gente de formação autodidacta e ou profissional especializada, em círculos familiares de artes e ofícios e prática oralizada, repetida, retocada, melhorada, bem mais do que escrita.

Os criadores de roteirística oceânica, da cartografia náutica, das regras de lançamento de medidas de navio, dos arrolamentos de drogas e mezinhas, dos tratados descritivos de geografia antropológica, são, na maioria dos casos, produtos da escola da vida e de um rudimentar português. São, maioritariamente, quadros sem latim e, mesmo em vernáculo, sem belas letras ou conhecimento mesmo que indirecto dos cânones das *latinas letras* (D. P. Pereira).

Os quadros de formação universitária ou de latim elementar, dos círculos da Corte e Nobreza, constituem a minoria dos produtores e leitores da cultura da expansão. Concentram-se nas restritas áreas da teoria e problematização, da racionalização crítica e científica das práticas de marinharia, farmacopeia, geografia antropológica.

São quadros qualitativamente muito relevantes, mas quantitativamente minoritários. São os produtores de muita da excelência do saber da cultura da expansão, mas no domínio das formas regulares e tipológicas da dita cultura, formam uma minoritária elite.

A produção muito excepcional de discursos teórico-críticos em latim é a consequência mais imediata desta constante sociodinâmica. Escreve-se um saber para poder de implicação técnica e prática na realidade. Quem o pode criar e entender vive num horizonte exclusivo ou predominante de língua portuguesa e as excepções latinistas são isso mesmo, excepções.

É agora possível entender melhor o porquê de bem mais *História Natural* do que de *Naturalis Historia*, neste universo cultural da expansão portuguesa renascentista.

¹⁷ Garcia de Orta, *Colóquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India*, Goa, 1563, Colóquio 50, p. 192.

A organização social dos quadros fazedores da cultura da expansão leva-nos a uma outra constante ou característica chave. Estamos frente a uma cultura tão ou mais colectiva quanto individual. Uma cultura de grupos específicos e especializados ligados à Coroa marítimo mercantil e à Igreja missionária.

Algumas das obras nucleares da cultura da expansão são pontos de situação de processos colectivos, cumulativos e anónimos. Processos empíricos e orais levados ao refinamento e sistematização escrita por quadros individuais do saber. Quadros que possuem formação superior e posição institucional central/hierárquica que lhes permite funcionar como uma espécie de pólo de atracção de práticas, de saber-fazer, de dúvidas e avanços.

Esses processos colectivos, cumulativos, anónimos, são essencialmente de natureza oral, practicista, de transmissão, por exemplo, por saber fazer, por ver para saber e fazer. Os homens que possuem tais conhecimentos acabam por ir ao encontro de um centro organizador, acumulador, potenciador, destinado a colher, tratar, desenvolver as matérias em causa.

O *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, acabado de redigir em 1505-1508, é uma síntese do já alcançado, uma passagem à escrita de todo o processo da astronomia náutica do Atlântico, bem como dos inícios da Carreira da Índia. Carreira da Índia que encontra a sua forma problemática por excelência no *Roteiro de Lisboa a Goa*, de D. João de Castro, 1538, uma meditação teórica e crítica e, ao mesmo tempo, uma exposição canónica de forma roteirística, alcançada nos anos de 1530-1535.

O mesmo processo de acumulação, tratamento, formulação escrita, normativa e problemática, a partir de vários contributos orais e empíricos, práticos e técnicos, dados pelas gentes das oficinas, artes e ofícios, surge nas obras do dominicano Fernando Oliveira, um autêntico enciclopedista da Ribeira das Naus, ou do universitário Pedro Nunes, um acumulador e dialogador de dúvidas e de problemas, tentativas e experiências náuticas, trazidas ou cumpridas pela alta nobreza cortesã esclarecida de um Martim Afonso de Sousa ou D. João de Castro, porta vozes maiores dos obstáculos destinados a elucidar *dois tratados que o mesmo doutor fez sobre a carta de marear. Em os quais se declaram todas as principais dúvidas da navegação*. (Pedro Nunes, 1537).

Em Duarte Pacheco Pereira temos a Coroa joanina e manuelina. Em D. João de Castro, Pedro Nunes e Fernando Oliveira a ligação à Casa da Índia, ao círculo do Infante D. Luís, a João de Barros e à Coroa de e a partir de D. João III.

Não temos condições documentais para atestar toda a extensão e intensidade destes relacionamentos, mas tão só índices e indícios que apontam para a posição privilegiada nos canais de produção e circulação estatal/real do saber da expansão.

Essa posição permite a estes autores individuais surgirem, na forma de mais ou menos sistemática escrita, como pontos de situação e de problematização teórica por excelência, de processos colectivos (de grupos práticos especializados, comunidades de operação pericial nos domínios das artes da marinharia) que são anónimos, cumulativos, orais-empíricos e bem pouco ou nada escritos até atingirem a maturidade da formulação em e de D.P.Pereira, D. João de Castro, Pedro Nunes, Fernando Oliveira.

Para além da formação e experiência próprias de um Duarte Pacheco Pereira ou D. João de Castro, para além da condição erudita e universitária de um Pedro Nunes ou Garcia de Orta, que lhes permite elaborar por si mesmos

uma parte dos enunciados existentes nas suas obras, existe também o poder institucional. Este poder organizativo numa sociedade de estratos, própria dos poderosos nobilitados ou das clientelas protegidas pela realeza ou alta nobreza, permite recolher o essencial da informação dos práticos, consultar cadernos de apontamentos de serviço, interrogar os quadros técnicos e informativos, aglutinar a informação e a obra de mestres, pilotos, cartógrafos, viajantes, boticários, funcionários.

E esta é toda uma outra parte da obra destes autores que nos chega já composta em resultado, sintetizada nos enunciados que, por via da anacrónica ideia de propriedade intelectual para a época, tendemos a reduzir e a identificar como sendo deste ou daquele autor, grande nome.

Esta realidade não acontece apenas no aparelho central do Estado dinástico em expansão e na Lisboa da Corte, Ribeira das Naus, Armazéns e Casa da Índia.

No caso da geografia descritiva e antropológica, podemos, por exemplo, vê-la também na Malaca dos anos de 1512-1515, onde Tomé Pires é o herdeiro acumulador, organizador, problematizador sistemático de materiais acumulados desde 1509 por todo um grupo onde sobressaem figuras como Rui Fernandes e Gaspar Viegas.

Surge também, entre os missionários, sobretudo jesuítas, como vemos, por exemplo, com a rede informativa e cumulativa de mercadores e missionários que, de Nagasaki, Macau, Zhaoqing, permite aos jesuítas compor um actualizado quadro informativo sobre a China Ming, nos inícios dos anos oitenta do século XVI. Informação recolhida, tratada, apurada, na escrita de A. Valignano, em 1584, em Macau e Cochim e que origina uma ainda inédita *Relacion del gran reyno de la China* e os capítulos 26, 27 e 28 da *Historia del principio y progreso de la Compañia de Jesus en las Indias Orientales (1542-1564)*¹⁸.

É a natureza colectiva, cumulativa, anónima, que se concentra nos pólos de tratamento dos aparelhos da Coroa e da Igreja, que explica a excelência das criações individuais de um Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Pedro Nunes, Fernando Oliveira, entre tantos outros.

Criações difíceis de explicar e de compreender se apenas atendermos ao resultado final escrito e de autoria individual proclamada. Criações quase impossíveis de compreender pela exigência de práticas e de técnicas especializadas múltiplas e mesmo opostas, se não virmos a formação de saber como processo e produto social de grupos, como processo orientado por poderes e saberes que fazem desaguar o essencial dos dados em centros de nobreza e universitários, de altos funcionários e quadros de formação cultural intelectual mais teórica e erudita.

A cultura da expansão é uma realidade criada pela Coroa dinástica em processo interno de centralização absoluta e externo de expansão marítimo mercantil. Também criada pela Igreja romana contra reformista e missionária.

Os Roteiros, os Diários de Navegação, os Guias náuticos e os Mapas, bem como os Relatórios de plantas e animais, as Gramáticas e Vocabulários de línguas extra europeias e as respectivas Geografias antropológicas descritivas, não são produtos de qualquer iniciativa individual espontânea.

¹⁸ Veja-se, Luís Filipe Barreto, *Macau: Poder e Saber Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Presença, 2006.

As criações culturais em causa não são acasos ou fruto de vontades individuais, mas sim resultantes de organizações sociais do poder e do saber, resultantes, entre outros, do Estado e da Igreja.

A cultura intelectual da expansão portuguesa obedece a regras duras de hierarquia desigual da sociedade de estratos e clientelas. A distribuição do trabalho intelectual repete e amplia a ordem social global. Processos cumulativos de grupos anónimos ou de figuras secundárias, são criados e patrocinados de modo a resultarem em acumulado capital de conhecimento preciso e actualizado na mão de poderosos e ricos.

A originalidade «moderna e científica» de um Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Pedro Nunes, Fernando Oliveira e tantos outros, assenta nestas regras sociais do conhecimento de uma sociedade de estratos em absolutização de rei, reino, religião.

Os indivíduos são a posição e relação na rede interindividual. A capacidade reflexiva e intelectual dos mais relevantes é fruto desta sociodinâmica. A maioria dos quadros anónimos ou secundários produz uma prática empírica, uma recolha informativa, uma tradição e inovação por retoque, tentativa, erro, correcção.

Os resultados deste processo social intelectual são acumulados em centros de decisão que possuem quadros intelectuais de elite, capazes de problematização crítica, selecção e síntese inovadoras, hipóteses e ideias revolucionárias que nascem desse fundo colectivo. Figuras maiores criadoras de abstracção metódica a partir da acumulação empírica, figuras capazes de criar novas formas de representação modular da realidade (casos das Vistas de Costas de D. João de Castro ou do Corte Longitudinal de F. Oliveira). Novas hipóteses e avanços em instrumentação técnica e científica (P. Nunes). Refutações seguras de evidências estabelecidas, como no caso de D. João de Castro e da correspondência da declinação magnética da agulha de marear com a longitude.

O facto destas grandes figuras individuais da cultura da expansão serem membros da alta nobreza, funcionários superiores da Coroa e da Igreja, cristãos novos universitários ligados à Coroa ou à alta nobreza não é um acidente.

Na sociedade renascentista existe uma hierarquia dura que se manifesta em qualquer das suas dimensões socioculturais e individuais. A cultura portuguesa da expansão é uma rede hierárquica de poder e de saber.

Múltiplos canais formais e informais levam à acumulação privilegiada de temas e de problemas nos centros de decisão que são também pólos de acumulação e centros de reflexão crítica e erudita. Centros de elites teóricas e eruditas, críticas e científicas, com poder de síntese, de diálogo, de potenciação dos diferentes níveis e problemas em jogo.

Centros de confluência com capacidade para unir o disperso e separado em sistema comum e orientado: *o bem quanto mais comum e universal, tanto é mais excelente. Vendo eu que o tratado da esfera, e teórica do sol e da lua, com o primeiro livro da geografia de Ptolomeu, são aqueles princípios que deve ter qualquer pessoa que em cosmografia deseja saber alguma coisa. Por não carecerem disso os que não sabem latim o tirei em nossa linguagem*¹⁹.

¹⁹ Pedro Nunes, *Tratado da Sphera* (1537), in *Obras*, ed. A. C. L., Lisboa, Imprensa Nacional, 1940, p. 3.

A tradução do latim para português é uma afirmação da língua vernácula como língua de saber científico e técnico da expansão marítima e como projecto de divulgação aos práticos e técnicos de fundamentos teóricos básicos, de princípios e de ideias a implicar na prática náutica.

O encontro que promove e possibilita toda uma reflexão problemática, toda uma investigação crítica, teórica e erudita, é pensado como processo dialogal que deve também permitir uma outra elucidação teórica e problemática à própria prática.

Os centros de elite querem fundir e fundar um sistemático diálogo entre duas razões bem diversas, como diz D. João de Castro, em 1548: *para a determinação e sentença desta dúvida se requiere concorrerem assim demonstrações dos matemáticos como a prática e a opinião dos pilotos e homens do mar, que de muitos anos a esta parte lavram por este oceano, grande e infinito mar, trarei aqui as razões que de uma parte e outra tenho compreendido*²⁰.

Os processos colectivos e anónimos, mais orais que escritos, acumulam-se e ganham a luz do dia nas obras escritas paradigmáticas, nos enunciados dos grandes e poderosos da cultura da expansão.

É no território textual da acumulação passada a reflexão crítica e teórica, fundamentação escrita e sistemática, que vamos encontrar Plínio e a História Natural bem como outros referentes da herança clássica erudita.

Muitos são os produtores e consumidores de conhecimento informativo, técnico, especializado e prático de imediata utilidade e implicação na realidade. Poucos, muito poucos, são os produtores e consumidores de saber formulativo, erudito, teórico e de problematização mediata que aprofunda e potencia os resultados obtidos pelos primeiros.

Numa realidade sociocultural de estratos vinculados, de patrocínios e clientelas, a minoria tem acesso ao essencial da prática e da técnica e pode fazer o diálogo entre teoria e prática, erudição e observação, qualidades elementares e medidas reguladoras.

A elite que produz a dimensão intelectual mais profunda da cultura da expansão possui algum conhecimento erudito e clássico. Conhecimento que é então tomado como o estado da questão herdado dos antigos e existente como horizonte do saber verdadeiro antes da expansão. Agora é, tão só e cada vez mais, um horizonte a integrar criticamente num novo quadro cultural. Um mundo de autores, autoridades, livros e citações a avaliar com o mundo de informações, técnicas, dados e práticas alcançados na realidade do saber para fazer e poder.

Esta hierarquia social da cultura da expansão permite situar Plínio e a História Natural nos restritos círculos de reflexão teórica e erudita, nos indivíduos de formação universitária ou cortesã pertencentes à alta nobreza ou ao funcionalismo régio e clerical superior.

Uma outra constante chave leva-nos para o facto de a cultura da expansão ser uma realidade da diáspora, de migratórios processos contínuos em adaptação e aculturação a diferentes locais extra-europeus.

Cultura intelectual produzida bem mais fora da Europa, nos caminhos dos mares e dos litorais da Ásia, África, América, do que na Europa. E também este

²⁰ D. João de Castro, *Roteiro de Lisboa a Goa in Obras Completas*, ed. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Lisboa, A.I.C.P., 1968, vol. I, pp. 198-199.

factor é decisivo na questão de que Plínio e a *História Natural* surgem na cultura da expansão.

Não é um acaso o facto de as citações mais completas e eruditas de Plínio surgirem em autores como Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, Fernando Oliveira, que escreveram em Portugal, junto da Corte ou da universidade e com possível auxílio de bibliotecas e de centros e membros de erudição renascentista.

E também não é um acaso que autores de pelo menos igual potencial erudito, como D. João de Castro, Garcia de Orta, João Rodrigues Tçuzu, referirem Plínio e a *História Natural* de uma forma mais genérica, menos precisa e documentada, pois estão a escrever em viagem, marítima ou terrestre, ou em Goa, Cochim, Macau, onde as bibliotecas e o reservatório erudito clássico existente, é bem diferente do da Europa/Portugal.

Uma outra característica chave é a de estarmos frente a uma cultura predominantemente manuscrita. Produção intelectual com áreas, a cem por cento, de restrita e controlada cópia manuscrita (casos da Arte Náutica, Cartografia, Construção e Arquitectura Navais, Inventários de Plantas e Animais) ou de manuscrita também controlada pelos poderes, a cerca de oitenta por cento, como é o caso da Geografia Descritiva e Antropológica.

As áreas de manuscrito a cem por cento coincidem com as de total ausência de citação explícita de referentes clássicos e eruditos. Correspondem ao mais precioso saber fazer de implicação directa e imediata, na realidade física e humana.

Saber específico e especializado de saber para fazer, produzido e consumido por restritos grupos de uso, mas, acima de tudo, saber para poder e vencer, que perde muita da sua utilidade e valor se passar do restrito meio controlável do manuscrito para a divulgação incontrolável que é a impressão.

A presença de erudição clássica na cultura da expansão dá-se bem mais no impresso que no manuscrito. Surge nas obras de reflexão ou divulgação doutrinária que formam uma minoria rodeada por todos os lados de manuscritos em original, cópia única ou em reduzido número.

Ao contrário das hegemonias culturais, Escolástica e Humanista, que encontram no impresso a sua razão e sentido maiores de ser, a cultura da expansão repousa, no essencial, no manuscrito e, acima de tudo, no manuscrito não preparado nem destinado a edição.

Esta diferença é também relevante na constituição do aparelho erudito final a acompanhar a versão para edição. A escrita, por necessidade de destinatário e de utilidade, confinada à restrita e controlada circulação manuscrita, não necessita de aparato para outros públicos e leitores menos especializados, tendendo por isso, a uma destilação no essencial da ordem-verdade empírica e realista procurada.

Não é por acaso que, as citações explícitas de Plínio, numa forma mais complexa e erudita, enviando, por exemplo, para a localização na *História Natural*, surgem em impresso e não em manuscritos, como vemos nos *Colóquios*, Goa, 1563, de Garcia de Orta onde «Plínio que diz» é acompanhado, na margem lateral da página 192, com o complementar *lib.12., cap.13.*

Esta ocorrência regular nas obras de um Garcia de Orta ou de Cristóvão da Costa constitui, no entanto, excepção no panorama global das citações de Plínio e da *História Natural*, na Cultura da Expansão. A norma é, bem pelo contrário, a menção tão só da informação em termos genéricos, sem propriamente citação e, muito menos, identificação da passagem em causa na *Naturalis Historia*.

A ausência de sistemáticas e analíticas investigações acerca do referente clássico na Cultura da Expansão (em todas e cada uma das obras), impede a quantificação e a precisão. Conseguimos obter a norma e a excepção, o dominante e o dominado, as áreas de ocorrência e as de ausência. Temos uma ideia, provavelmente, verdadeira e com alguma correspondência de provas mas não temos (ainda) uma estimada precisão de prova documental.

Mas, a norma de referência simples e genérica, é de quanto e em que casos é que sofre desvios e qual a percentagem dos mesmos? A excepção com citação identificadora surge em que percentagem? Tudo perguntas a que, no actual estado de investigação, é impossível responder.

A regra geral é a de, nos casos de ocorrência explícita de Plínio e da História Natural, o impresso possuir um aparato e uma identificação ausentes no manuscrito. E, nos casos impressos, o lugar de mais crítico aparato surgir na farmacopeia oriental, de médicos com formação universitária e humanista, como Garcia de Orta e Cristóvão da Costa, em impressos em Goa e Burgos, em línguas portuguesa e castelhana.

Do Modo de ser das citações de Plínio e da História Natural

As regularidades, dominantes e dominadas, da cultura intelectual da expansão marítima e mercantil renascentista, acabadas de visitar, permitem agora perceber a lógica de ocorrência de *Plínio* e da *História Natural*.

Plínio e a História Natural, como qualquer outra referência de obra e autor da herança clássica, surge, na cultura da expansão, como pontual e complementar adjuvante ao saber da ordem e verdade da realidade.

O autor e a obra não possuem autonomia de objecto e de objectivo na cultura da expansão. Não são em si mesmos matéria de conhecimento, no todo ou em parte, mas tão só, complemento pontual e instrumental doutros objectos e objectivos de conhecimento.

Toda e qualquer herança explícita e lisível surge, na cultura da expansão, integrada numa minoritária área de produção textual, mais teórica e problemática e menos imediatamente prática e técnica.

Plínio e a História Natural (como qualquer outro Antigo) são tema e problema minoritários na cultura da expansão e integrados no tópico dos Antigos-Modernos que compara e contrasta lisível e visível como opostos ou afins complementares.

Enquanto adjuvante ao conhecimento das realidades naturais e empíricas, Plínio e a História Natural surgem na cultura da expansão sob três formas diversas.

A primeira é a da citação do nome do autor ou da obra, ou de ambos, com transcrição de uma passagem ou tópico da *História Natural*, acerca de um tema e problema das realidades física e humana. Esta forma explícita, «diz Plínio», seguindo-se o seu enunciado, permite estudos quantitativos precisos de frequência da citação, determinando o peso específico e relacional de Plínio e a História Natural na cultura da expansão.

Citação explícita, segundo as normas da época renascentista e as características próprias da cultura da expansão. Por regra, não se trata de nota à margem da página, com indicação mais ou menos precisa da passagem citada, como

encontramos com frequência na cultura humanista do renascimento, excepcionalmente na da expansão, por exemplo, em Garcia de Orta e os *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, 1563.

Na cultura portuguesa da expansão, a regra é a referência e/ou citação explícitas, no corpo do próprio texto, sem menção precisa da passagem em questão, como vemos, por exemplo, no caso de um manuscrito de D. João de Castro, 1538, enviando sem o especificar para a *Naturalis Historia*, Livro VI, cap. 37: *a causa de isto assim haver de ser são as palavras de Plínio que dizem desta maneira: deste promontorio se começa a frontaria das terras a virar ao ocidente e mar atlântico, e direito dele estão as ilhas gorgonas*²¹.

Referência explícita ao autor-obra que muitas vezes nem é tão completa nem incorpora a citação da passagem, mas tão só, a menção à sua informação-posição, como surge, por exemplo, no *Tratado da Sphera*, Lisboa, 1537, de Pedro Nunes (1502-1578), onde num comentário de margem à tradução portuguesa de Sacrobosco, se afirma: *Plínio diz o mesmo*²². (referindo-se ao diâmetro da terra estimado pelos antigos) ou, na então manuscrita *História da Igreja do Japão* de João Rodrigues Tçuzzu, S. J. (1561-1633), começada a escrever em Macau, nos anos de 1619-1620: *no Reino de Sindo, que Ptolomeu e Plínio chamam Sinth... pelo qual vocábulo Plínio e Herôdoto dizem, que aos persas chamamos Scythia*²³.

Embora com todas estas oscilações e variantes internas, a forma explícita da citação de Plínio-História Natural, constitui a superfície visível e segura por excelência para, criticamente, se avaliar o peso do autor e da obra na cultura da expansão. Esta condição de presença explicitada pelo próprio texto do renascen-tista é a prova documental que permite frequência e trabalho interpretativo seguro, assente em séries quantitativas de prova universal.

É necessário pois, distinguir a forma explícita de ocorrência (que já vimos ser em si mesma, uma unidade plural) doutras formas de muito provável presença, mas sem índice tão patente e explícito, sem uma margem de prova tão segura e serial.

Plínio e a História Natural juntos a outros autores e obras, surgem integrados mas não citados ou explicitados numa fórmula genérica do tipo *Antigos escritores e Antigos Cosmógrafos*, para utilizarmos expressões de Duarte Pacheco Pereira, em 1505-1508.

O tópico em causa é o de que autores/autoridades da Antiguidade, afirmaram ou defenderam esta posição ou informação a propósito deste ou daquele fenómeno, facto, realidade física ou humana. Esses enunciados do lisível da herança estão agora em prova de correspondência com a empiria visível das próprias coisas, de modo a determinar a sua validade ou falsidade.

Por exemplo, no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, encontra-se a seguinte frase: *grande festa fizeram os antigos escritores da navegação que se diz que fez Menelau, de Calez até ao Sino Árábico, e assi Eudoxo do mesmo lugar até Calez*²⁴.

²¹ D. João de Castro, *Roteiro de Lisboa a Goa* in *Obras Completas*, ed. Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Lisboa, A.I.C.P., 1968, vol. I, p. 141.

²² Pedro Nunes, *Tratado da Sphera* (1537), in *Obras*, ed. A.C.L., Lisboa, I. Nacional, 1940, p. 3.

²³ João Rodrigues Tçuzzu, S.J., *História da Igreja do Japão*, ed. J. A. Abranches Pinto, Macau, Notícias de Macau, 1954, vol. I, pp. 24 e 31.

²⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*..., livro III, cap. 1.

Entre esses «*antigos escritores*» estão Estrabão (c. 64-c.24) e a sua *Geografia* (I, 32) e Plínio e a *História Natural* (II, 67), mas quantos mais? E é a estes e tão só a eles que o Quinhentista se está a referir? Julgo que não podemos, com margem segura de probabilidade, responder a estas duas questões, embora o *Esmeraldo de Situ Orbis* indicie anteriormente (livro II, cap. 3) que o tema em questão passa por Estrabão e Plínio (apenas?).

Esta segunda forma de presença dispersa e implícita surge, na maior parte das ocorrências, de um modo tão genérico que se torna impossível qualquer grau de certeza sobre os autores a incluir ou excluir, como vemos, por exemplo, em Pedro Nunes: *não sinto outra melhor razão porque os antigos chamassem longura ao que há de oriente a ocidente e largura ao que há de pólo a pólo senão porque do mundo era mais descoberto de oriente a ocidente que de pólo a pólo e o maior traço se chama longo e o menor largo*²⁵.

Uma terceira forma de presença é ainda mais incerta de sistemático levantamento. Para além de enunciados implícitos, estamos frente a metamorfoses, a palavras de ordem que se encontram na *História Natural* de Plínio, mas também em muitas outras, anteriores e posteriores. Casos, por exemplo, da *natureza mãe de todas as coisas* (Plinius Secundus-Naturalis Historia, XXX, 77, 3), que é tópico recorrente na cultura da expansão, como frase e ideia e que tem derivações do tipo «*experiência mãe de todas as coisas*» (Duarte Pacheco Pereira).

Julgo que não se podem fundir estes três planos documentais de Plínio e da *História Natural* na cultura portuguesa da expansão. O primeiro é uma forma de ocorrência explícita e controlável que permite análise quantitativa e interpretação de prova e probabilidade universais.

Os seguintes, são formas implícitas, disseminadas, quase sempre genéricas, mesmo metamorfoseadas. A sua presença é, sobretudo, passível de análise qualitativa e de interpretação fundada mas não fundamentada quantitativamente e sem prova segura.

A trilogia de formas de presença de Plínio e da *História Natural* na cultura portuguesa da expansão prova que existem níveis explícitos e níveis implícitos na utilização renascentista da herança clássica.

Todo o universo textual renascentista é um jogo de luz, sombra e penumbra. A ordem epocal do discurso concede as luzes da ribalta, da enunciação explícita, a passagens da herança que são contemporâneas ao saber de Quinhentos. Enunciados a aceitar ou recusar, corrigir ou acrescentar, conforme os resultados da correspondência empírica entre as palavras e as coisas.

Estado presente da herança a usar como espelho ou degrau, a seguir ou a negar, mas ainda assim e, por isso mesmo, a explicitamente citar: *Galeno (livro 7) com os demais gregos, e Plínio (livro 12, cap. 12) com os latinos antigos, e os árabes poem muitas espécies... mas entre doutos e curiosos modernos está averiguado (e o doutor Orta é de tal parecer) que não há mais do que um só*²⁶.

Na sombra e penumbra do teatro textual, ficam outras secções da herança clássica usada e presente. A sua natureza menos patente deve-se, no caso da

²⁵ Pedro Nunes, *Tratado da Sphera* (1537), ed. cit., p. 25.

²⁶ Cristóvão da Costa, *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais*, ed. J. Walter, (trad. port. de Tractado de las Drogas y Medicinas de las Indias Orientales, Burgos, 1578), Lisboa, J. I. U., 1960, cap. LXV, p. 267.

cultura da expansão, a múltiplas razões que vão desde o arsenal teórico à menor possibilidade de comparação e contraste empírico. As camadas implícitas da herança clássica, no universo textual renascentista, estão muitas vezes conscientemente escondidas ou resguardadas dum primeiro olhar. A norma parece ser a da presença explícita quando está em causa o horizonte informativo, o conjunto dos dados e problemas que se podem sentenciar. Para a sombra e penumbra do implícito, é deslocado o horizonte formativo ou a enunciação geral do informativo.

A ambivalência do martelo crítico que se abate sobre a herança dos antigos para, em nome do realismo naturalista dos modernos, tanto recusar como aceitar, está presente nos horizontes explícito e implícito. Mas estará presente de uma mesma e equilibrada forma?

A presença implícita enquanto antigos e modernos serve, na cultura da expansão, como auto elogio do presente frente ao passado herdado, como manifesto da modernidade quinhentista, como proclamação de mais e melhor saber: «... *se sabe mais um dia agora pelos portugueses do que se sabia em 100 anos pelos romanos...* » (Garcia de Orta, 1563).

A presença implícita enquanto disseminação e metamorfose parece a vinculação máxima à herança. A necessidade que o renascentista ainda tem da presença viva dos autores e autoridades clássicos, enquanto teoria, ideias, temas, problemas e palavra-chave. E, no entanto, logo na primeira forma, na utilização explícita, compreende e prova esta ainda maioritária vinculação do novo ao velho, do realismo naturalista dos renascentistas, à lição dos autores e autoridades clássicos.